

## INTRODUÇÃO

As relações entre a União Europeia (UE) e a América Latina e o Caribe (ALC) constituem um tema clássico da literatura sobre relações internacionais. Não é apenas nos discursos oficiais de chefes de Estado e de governo que as duas regiões aparecem historicamente ligadas; os textos acadêmicos não raro também fazem esta leitura. Nas abordagens tradicionais, a Europa e a América Latina e o Caribe são tomados como regiões que existiriam *a priori*, como entidades previamente constituídas e que, num determinado momento, iniciado com a Era dos “descobrimentos”, se encontram.

A partir de uma perspectiva pós-estruturalista que considera o discurso como parte da realidade e elemento fundamental de sua constituição, argumentamos que as entidades Europa (ou União Europeia) e América Latina e Caribe só existem como produto da relação que se inicia no século XVI. Até então, não se pode falar de Europa tal como a conhecemos hoje. Tampouco se poderia falar de uma América Latina e Caribe, distintos da América do Norte e possuidores de um latinismo intrínseco. No marco teórico da desconstrução, poderíamos afirmar que Europa e América Latina e Caribe são um efeito de diferenças e não formas absolutas de ser. Não existe o intrinsecamente europeu nem o especificamente latino-americano. Ao mesmo tempo, afirmar que a Europa e a América Latina e o Caribe são um efeito de diferenças significa mostrar que elas se constituem mutuamente.

A associação estratégica e os discursos das cúpulas entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe representam, no século XXI, uma nova forma de essas duas regiões continuarem o processo de coconstituição num mundo globalizado. É certo que o termo “associação estratégica” tornou-se recorrente na diplomacia do século XXI entre países e regiões do globo e, por isso, não é uma exclusividade da relação entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. A própria União Europeia tem associações estratégicas com vários países e regiões, assim como a América Latina e o Caribe. O que difere a associação estratégica entre a União Europeia e

a América Latina das demais é o tratamento que ela recebe nos discursos oficiais. Nas reuniões de cúpula, iniciadas em 1999 no Rio de Janeiro, a associação estratégica é descrita como um momento especial dessas relações, que teria a capacidade de inaugurar uma nova fase de aproximação e, quem sabe, moldar uma nova ordem internacional mais justa e benevolente do que a criada após o fim da Guerra Fria.

Portanto, o que nos interessa discutir não é a associação estratégica em si, cujos resultados práticos são até agora irrisórios, mas o discurso sobre a excepcionalidade dessa relação de associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. O que está envolvido quando se afirma nos discursos das cúpulas que a União Europeia e a América Latina e o Caribe formam um “nós” que estaria comprometido com determinados objetivos e valores?

Em uma primeira leitura, os discursos das cúpulas reproduzem a linguagem diplomática e consensual de outros documentos. Nesse sentido, não haveria nada de muito revelador nesses textos. No entanto, a análise do discurso mostra que não existe “texto menor”. Muitas vezes, o texto mais insignificante e secundário de um autor é reinterpretado, e passa a ocupar espaço privilegiado no conjunto de sua obra. Outra vantagem do “texto menor” seria a possibilidade de ele apresentar questões que não foram suficientemente exploradas nas chamadas obras principais, mas que poderiam trazer novas chaves de leitura para estas. O próprio Derrida escolhe uma obra menor de Rousseau, *O Ensaio sobre a origem das línguas*, para tratar da relação entre a fala e a escrita.

Por esta razão, não pretendemos apresentar os seis documentos das declarações de cúpula como o “texto” fundamental para entender as relações entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. É apenas a partir da intertextualidade entre essas declarações de cúpula e outros textos sobre a Europa, a América Latina, a União Europeia, os Estados Unidos, a antropofagia, o cristianismo, a civilização, a barbárie e o progresso que podemos refletir sobre nosso objeto. Em suma, precisamos recuperar e mobilizar todo um repertório de oposições hierárquicas de outras épocas e contextos para entender o que está em jogo no discurso sobre uma associação estratégica entre as duas regiões; ou, ainda, para percebermos o que permanece silenciado no discurso da associação estratégica.

Neste trabalho, procuramos apontar, com base na estratégia desconstrutiva de Derrida, como o discurso sobre a associação estratégica mina as próprias oposições hierárquicas que o sustentam. A ideia de um espaço

birregional entre UE e América Latina e Caribe é construída com base em uma suposta semelhança de valores entre as duas regiões. Esta proximidade permitiria impulsionar um projeto de remodelamento da ordem internacional com características diferentes do projeto norte-americano. A criação do “nós” da associação estratégica dependia, portanto, de uma oposição desse “nós” ao “outro norte-americano”. No entanto, essa oposição hierárquica é enfraquecida por discursos que representam o latino-americano como um “outro bárbaro”.

Essas relações com o “outro norte-americano” ou com o “outro bárbaro latino-americano” não estão explícitas nas declarações de cúpula. Só chegamos a estes “outros” pela análise das cadeias de significantes que, em variados contextos, produzem efeitos de diferenciação. Assim, o outro norte-americano é intuído quando analisamos o contraste entre as declarações de cúpula e os discursos de George W. Bush sobre o combate ao terrorismo. O outro norte-americano também surge claramente nos discursos de Jürgen Habermas e Jacques Derrida contra a segunda Guerra do Iraque (2003).

O “outro bárbaro latino-americano” apresenta-se em diferentes momentos na relação da Europa com a América Latina, às vezes sob o termo canibal, antropófago ou ainda não cristão e não civilizado. Apesar de a associação estratégica entre União Europeia e América Latina e Caribe ser uma tentativa de criar uma “comunidade imaginária”, como prevista por Benedict Anderson, o discurso sobre o “outro bárbaro latino-americano” retorna e coloca em risco esse projeto. Obviamente, esse retorno não se dará na mesma linguagem dos séculos XVI a XIX, repleta de termos como canibal, antropófago, bárbaro, não civilizado. O “outro bárbaro latino-americano” retorna na versão do migrante ilegal latino-americano, o qual, no entanto, guarda a marca daqueles outros termos. Em outras palavras, o migrante ilegal latino-americano carrega rastros do bárbaro, do canibal, do antropófago... Entre estes traços, está a dimensão contestadora da divisão entre eu e outro. O canibal e o Calibán de Shakespeare são quase revolucionários. Há também, por parte do canibal, uma crítica potencial a uma narrativa hegemônica sobre o surgimento da Europa e a “descoberta” da América, que se transformaria, gradativamente, nos séculos seguintes, numa cópia da Europa.

É importante lembrar que o caráter contestatório do migrante ilegal latino-americano não é algo intencional. É a sua presença que, por si só e inadvertidamente, apresenta a crítica ao *status quo* da fortaleza Europa

anti-imigrantes. De acordo com o marco teórico e os autores aos quais recorreremos neste trabalho, não podemos partir do pressuposto de um sujeito autônomo, moderno e centrado que colocaria uma crítica à narrativa europeia da associação estratégica. Quando nos referimos à dimensão crítica do migrante latino-americano, não estamos querendo significar uma intencionalidade desse migrante. Não há completa autonomia na utilização do discurso, como veremos com Bakhtin. Somos limitados pelo gênero do discurso (Bakhtin) ou por formações discursivas (Foucault, Laclau e Mouffe), e é dentro desta moldura conceitual que falamos. Portanto, a crítica “apresentada” (os verbos podem nos levar a interpretações equivocadas sobre a existência de um sujeito autônomo) pelo migrante é, na verdade, uma crítica que resulta de práticas discursivas. Veremos que o bárbaro contestava a ordem da pólis grega; o canibal representava uma provocação à civilização europeia. Esses discursos contra-hegemônicos continuarão sendo “apresentados” pelo migrante ilegal latino-americano.

Em relação à capacidade de agência desse migrante, nada nos garante que ela seja possível como decorrência de sua posição crítica. As discriminações, racismos e exclusões são revelados pelo discurso contra-hegemônico, mas isto pode não ser suficiente para uma efetiva mudança da forma como a hospitalidade e as fronteiras entre os Estados são hoje pensadas. A exclusão e marginalização são tais que, por vezes, impedem qualquer ação mais efetiva por parte desse migrante.

Para mostrarmos os deslocamentos nas cadeias de significantes, utilizamos uma análise genealógica, que, por definição, está mais interessada no presente do que no passado. Por esta razão, não faremos uma análise sobre cada período histórico; apenas retomaremos discussões de outros períodos quando elas apresentarem rastros no presente.

A ideia deste livro surgiu a partir da necessidade de pensarmos, no século XXI, uma relação – a da Europa com a América Latina – que esteve na base da constituição do mundo moderno. A formação da Europa e da América Latina ocorreu de forma concomitante, e teve influência na conformação do mundo moderno. Quais as possibilidades de a relação atual – a da associação estratégica – remodelar as identidades da União Europeia e da América Latina? E ainda: qual a chance de esta relação ter algum impacto no sistema internacional contemporâneo? Consideramos que a relação entre estas duas entidades que surgiram nos primórdios do mundo moderno ainda é fundamental para entendermos as transformações e desafios da política contemporânea.

O conceito de uma associação estratégica birregional é apresentado como um espaço de segurança, progresso e generosidade, em contraste com o mundo exterior anárquico e ameaçador. As ilusões sobre a criação de um *inside* resguardado de todos os infortúnios contra um *outside* permanecem, portanto, como um discurso estruturador do internacional. Este projeto revela ainda uma tentativa de resgate da “ideia de Europa” como modelo civilizacional e um convite à América Latina e ao Caribe para participarem da empreitada. É importante notar que a noção de “civilização europeia”, cuja formação começou no século XVI no contato com a América – “sem nós, não haveria Europa”, para lembrar a frase de Oswald no “Manifesto antropófago” (2011a) –, continua a se reportar à América Latina para continuar seu trabalho. O despertar da Europa, como previu Sloterdijk (ver primeiro capítulo deste livro), se manifesta em uma associação estratégica com a América Latina.

No entanto, a associação estratégica vem sendo minada por um reforço do *western bond*, uma expressão usada por Roxanne Lynn Doty, (1996) para se referir à cumplicidade entre Estados Unidos e União Europeia na comunidade transatlântica.

Em fevereiro de 2013, o presidente americano Barack Obama anunciou as negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio Transatlântica, que representaria 46% do produto interno bruto mundial e abarcaria 800 milhões de pessoas. O anúncio da Tafta (Transatlantic Free Trade Area) significa um relançamento – ou recriação – do espaço transatlântico e, conseqüentemente, um reforço do *western bond* entre União Europeia e Estados Unidos.

Como veremos no primeiro capítulo, quando há um reforço do *western bond*, ocorre concomitantemente um enfraquecimento da relação entre União Europeia e América Latina e Caribe. Portanto, a criação de uma Área de Livre-comércio Transatlântica enfraquece o projeto de uma associação estratégica. Esse enfraquecimento não ocorre pelo fato de a América Latina e o Caribe estarem excluídos de uma Área de Livre-comércio Transatlântica, como foi apontado pela imprensa brasileira. A associação estratégica é minada pela Tafta porque esta promoveria práticas e valores contrários ao projeto de uma globalização mais justa gestado nas cúpulas da União Europeia e da América Latina e Caribe.

Um dos pontos da Tafta está relacionado à derrubada de barreiras não tarifárias ou, em outras palavras, de regulamentações. Essas barreiras incluíam restrições a organismos geneticamente modificados, produtos financeiros e regulamentações de proteção ao meio ambiente e ao trabalhador.

No entanto, a grande inovação da Tafta seria a constituição do ISDS (Investor State Dispute Settlements), um mecanismo pelo qual um investidor pode processar o país no qual investiu, sem qualquer intervenção do governo do investidor. Com base no ISDS, corporações podem processar governos em painéis compostos por advogados das corporações, sem interferência das cortes domésticas e dos parlamentos desses governos. Segundo Keiser (2013, n.p.), o ISDS “permitirá que corporações passem por cima da soberania e do arcabouço legal dos países”. Deste modo, se aprovada, a proposta da Tafta representaria uma suspensão de todos os princípios e valores que a União Europeia vem defendendo nas últimas décadas, e que estariam na base da associação estratégica com a América Latina e o Caribe.

No primeiro capítulo, exploramos o conceito de associação estratégica e apresentamos algumas leituras sobre o porquê do fracasso desse projeto entre União Europeia e América Latina e Caribe. Nesta abordagem das teses tradicionais, mostramos suas limitações e antecipamos o marco teórico que empregaremos ao longo deste livro para tratar da relação UE–América Latina e Caribe. Também discutimos neste capítulo os “outros” da Europa, “outros” importantes na sua constituição, “outros” que permanecem e estruturam a identidade da União Europeia e da América Latina e Caribe e, ainda, “outros” mais recentes, como a China. Se o triângulo Europa–América Latina–Estados Unidos sempre foi um tema clássico – e incontornável – quando se pensava em estudar a América Latina ou a Europa, talvez no futuro tenhamos de considerar um “outro chinês” que já surge nos discursos da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina. Mas este seria um tema para outra oportunidade. Apenas nos limitamos em pontuar o surgimento desse “outro oriental”. É a partir da tentativa de a Europa se diferenciar dos Estados Unidos e retomar seu projeto civilizatório que a associação estratégica com a América Latina e o Caribe deve ser entendida.

No segundo capítulo, apresentamos o marco teórico pós-estruturalista, e tentamos mostrar as aproximações e possíveis conexões entre Michel Foucault, Laclau, Mouffe, Bakhtin e Derrida. No entanto, completamos nossa reflexão teórica com autores pós-colonialistas, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar e Fernando Coronil. O objetivo é aproximar a desconstrução e a descolonização, mostrando as semelhanças entre ambas e a possibilidade de combiná-las na análise da relação entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. Uma de nossas discussões teóricas diz respeito à possibilidade de unir desconstrução e descolonização a partir do conceito de antropofagia.

No terceiro capítulo, examinamos o discurso das declarações de cúpula em seus aspectos gerais, sem nos determos num assunto específico. Em seguida, empreendemos uma análise genealógica das oposições hierárquicas que perpassam a relação entre as duas regiões em diversas épocas e contextos históricos. Percebemos assim a “variação na repetição” ou a “dispersão na regularidade” nos discursos entre as duas regiões.

No quarto e último capítulo, analisamos a questão da migração na associação estratégica. As oposições hierárquicas discutidas no terceiro capítulo são aqui pensadas em torno do migrante latino-americano. Nesta parte, o conflito e a cisão da associação estratégica se tornam mais visíveis. O discurso acolhedor da associação estratégica revela seu caráter puramente instrumental quando trata os migrantes latino-americanos como indesejáveis. A nossa análise é aqui realizada a partir do ponto de vista do migrante latino-americano ilegal, como ele é afetado pelas oposições hierárquicas que persistem na relação entre União Europeia e América Latina-Caribe. Também indagamos sobre seu potencial de contestação do discurso oficial das cúpulas e sua capacidade simbólica de representar o ponto de vista da América Latina sobre a associação estratégica.

Na conclusão, destacamos que a associação estratégica, embora apresentada como um projeto virtuoso que uniria a União Europeia, a América Latina e o Caribe para a construção de uma ordem internacional mais justa, é na verdade cindida por oposições hierárquicas entre a União Europeia, de um lado, e a América Latina e o Caribe, de outro. Isto fica mais evidente nas políticas migratórias europeias, que, em vez de tratar o migrante latino-americano como um semelhante do europeu – como seria de se esperar em uma associação estratégica entre regiões irmãs –, apresenta-o como uma nova versão do canibal, sem condições de se adaptar ao modo de vida europeu. No entanto, é exatamente nessa fratura do projeto da associação estratégica que encontramos a possibilidade de um outro pensamento, um pensamento liminar produzido na fronteira e a partir da América Latina.